



TERRITÓRIO, POLO INDUSTRIAL E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: Estudo no Polo Moveleiro do Município de Araçongas-PR

TERRITORY, INDUSTRIAL POLE AND LOCAL PRODUCTION ARRANGEMENT: Study in the Furniture Pole of Araçongas-PR

Valdinei Juliano Pereira ⁽¹⁾

Universidade Estadual de Londrina/UUEL, Londrina-PR

Jaiane Aparecida Pereira ⁽²⁾

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Câmpus de Naviraí-MS

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo compreender a formação do polo moveleiro do município de Araçongas e a constituição do APL, sob o enfoque territorial. De forma específica, buscou-se identificar, historicamente, a configuração do município de Araçongas como um polo moveleiro; descrever as ações e os atores que participaram desse processo; e discutir a formação do polo e a constituição do APL sob o enfoque territorial. Foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva, primeiramente, por meio de dados secundários sobre a história do município. Depois, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com funcionários da prefeitura. A partir das análises foi possível perceber que vários aspectos convergiram para a formação do polo moveleiro de Araçongas, mas não de forma tão deliberada quanto se havia pensado preliminarmente. Isto porque foi incentivada a formação de um parque industrial com empresas de diversos segmentos e, no decorrer dos anos, avultou-se aquelas do ramo moveleiro. Ademais, observou-se que os aspectos mais importantes para a formação do polo, foram: os políticos, no papel da prefeitura do município; os econômicos, com a desterritorialização do café por conta do mercado; e os naturais, pela facilidade de obtenção da matéria prima. Com relação à constituição do APL, verificou-se que foi uma consequência da formação do polo moveleiro, sendo criado para melhorar a competitividade de micro e pequenas empresas do setor. Nesse caso, ressalta-se a importância dos aspectos políticos, por meio do apoio do governo; e culturais, devido à cultura do associativismo e cooperativismo, que são fortes no Paraná.

Palavras-chave: território; arranjo produtivo local; APL; polo moveleiro.

ABSTRACT

This study aims to understand the formation of the furniture pole of Araçongas city and a constitution of the LPA, under the territory approach. Specifically, we tried to identify historically a configuration of the Araçongas city as a furniture pole; describe actions and actors involved in this process; and discusses a formation of the pole and a constitution of the APL under territory approach. We made a descriptive and qualitative research, firstly, through secondary data about city's history. Then we made two semi-structured interviews with public workers. From the analyzes we perceived that several parameters converged to the formation of the Araçongas furniture pole, but not as deliberately as we thought firstly. Because it was encouraged the formation of an industrial park with different segments companies, and, over the years, it increased the ones of the furniture branch. In addition, we observed that the most important aspects for a formation of the pole, were: the politicians, because the role of city hall; the economic ones, with a deterritorialization of the coffee because the market; and the natural ones, for the ease of obtaining the raw material. With regard to the constitution of the APL, we verified that it was a consequence of the furniture pole, being created to improve the competitiveness of micro and small companies of the sector. In this case,

the importance of politicians is highlighted, through the support of government; and cultural, due to the culture of associativism and cooperativism, which are strong in Paraná.

Keywords: territory; local productive arrangement; LPA; furniture pole.

INTRODUÇÃO

A importância da indústria para o desenvolvimento global, regional ou local é inegável (SARTI; HIRATUKA, 2011) e o seu fortalecimento pode ser estimulado por meio de aglomerações industriais. A proximidade geográfica traz vantagens para as empresas, pois pode criar um dinamismo interno nessas aglomerações, o que favorece a elevação da produtividade (SOBRINHO; AZZONI, 2015; MACEDO; CÂNDIDO; LEITE, 2017; RODRIGUES et al., 2018). Dentre as diversas formas de aglomerações, destacam-se o polo industrial e os arranjos produtivos locais (APLs), ambos focos deste estudo.

O polo industrial é caracterizado pela concentração de indústrias, sendo, muitas vezes, estudado a partir da teoria de polo de crescimento de Perroux (SOUZA, 2005; RIPPEL; LIMA, 2009; AREND; ORLOWSKI, 2012; MATTE JÚNIOR; ALVES, 2017). Para Souza (2005), o polo de crescimento tem forte identificação geográfica devido às economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais. Os APLs, por sua vez, também podem ser vistos como aglomerados ou clusters de empresas que possuem proximidade física, estão inseridos em uma dinamicidade econômica e tem forte relação com os agentes locais, conforme o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2002). Esses sistemas locais de produção apresentam vantagens potenciais para o desenvolvimento de seus negócios, pois incluem empresas produtoras, fornecedoras, prestadoras de serviços, bem como instituições voltadas à formação e

treinamento de mão de obra e pesquisa (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

A formação de grandes polos de concentração industrial demanda investimentos consideráveis em infraestrutura (DOMINGUES; RUIZ, 2008; SOBRINHO; AZZONI, 2015), todavia, os APLs, por possuírem características bastante heterogêneas, podem ser formados a partir de investimentos menores. Eles têm sido utilizados por pequenas e médias empresas (MPEs) como um importante mecanismo de agregação de esforços para se inserir em cadeias produtivas de grandes organizações (FILARDI; FREITAS; DUTRA, 2013; SILVA; ARRUDA, 2017).

No caso dos APLs, os estudos estão sendo desenvolvidos em diferentes áreas, como na economia industrial, economia regional, administração e negócios e geografia econômica (GARCIA, 2006). Apesar disso, ainda faltam estudos que mostrem quais os aspectos necessários que contribuem para a formação desses arranjos. Fuini (2013) afirma que os aspectos territoriais são importantes para a formação dos APLs, pois nessas aglomerações produtivas se manifestam fortemente conotações econômicas e histórico-culturais.

Por entender que tanto os polos industriais quanto os APLs possuem certa ligação com o território, acredita-se que investigá-los a partir de uma perspectiva territorial, pode contribuir para o entendimento da formação desses arranjos, e conseqüentemente, fornecer insights para investigar outras aglomerações. O conceito de território não é específico, englobando

variáveis políticas, econômicas, culturais e naturais, nas quais existem relações de apropriação de poder e controle sobre recursos e fluxos (HAESBAERT, 2004a; SAQUET, 2007). Saquet (2009) propõe uma análise do território baseada em fatores econômicos, políticos, culturais e da natureza (E-P-C-N), considerando o movimento e a relação recíproca entre essas dimensões.

Dentro dessa perspectiva, Pereira, Chagas e Bánkuti (2016) propõem utilizar a análise E-P-C-N para entender a configuração de sistemas agroalimentares localizados. Os autores sugerem futuras pesquisas que analisem a configuração de outros territórios, para conhecer como as questões econômicas, políticas, culturais e da natureza influenciam a formação de territórios. Pretende-se, então, a partir dessa sugestão, estudar a configuração do polo moveleiro e do APL de móveis do município de Arapongas, sob a perspectiva territorial.

O Município de Arapongas, conhecido pela produção de móveis, está situado na região norte do Paraná e é considerado o segundo maior polo moveleiro do país e o primeiro do estado do Paraná (SIMA, 2016). Ele se encontra próximo às duas cidades principais do norte do Estado (Londrina e Maringá), ofertando uma grande vantagem de infraestrutura de acesso por meio de rodovias federais, estaduais e aeroportos. Isto demonstra grande potencialidade com relação à localização, culminando em desenvolvimento local e regional.

O setor moveleiro encontra-se entre os mais importantes da indústria de transformação nacional, considerando a geração de empregos e fluxo monetário, conforme dados da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), baseada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

(ABDI, 2008). Esse setor se caracteriza pela união de vários processos de produção (modulados, planejados, seriados e sob medida), compostos por matérias-primas diferentes, como a madeira e o metal, resultando em uma grande diversidade de produtos acabados.

Devido à importância do setor moveleiro, das especificidades que envolvem o polo industrial de Arapongas e o APL de móveis, e a necessidade de entender a formação de territórios específicos de forma ampla, o objetivo deste trabalho é compreender a formação do polo moveleiro do município de Arapongas e a constituição do APL, sob o enfoque territorial. A partir deste objetivo geral elencaram-se os seguintes objetivos específicos: identificar historicamente a configuração do município de Arapongas como um polo moveleiro; descrever as ações e os atores que participaram desse processo; e discutir a formação do polo e a constituição do APL sob enfoque territorial.

Para atingir os objetivos, o trabalho está dividido da seguinte forma: além desta introdução, o referencial teórico apresenta discussões acerca do território, seguido de uma visão geral sobre polo industrial e sobre APL. Depois são apresentados os procedimentos metodológicos, a análise dos dados e, por fim, as conclusões do estudo.

TERRITÓRIO

A partir dos anos de 1950, começa a ocorrer um processo de renovação do pensamento geográfico, que se intensifica a partir da década de 1970. Nos anos de 1980 e 1990, o foco volta-se aos estudos territoriais, que se expandem desde então (SAQUET, 2006). No Brasil, apesar dos avanços nas discussões sobre território, englobando diversas áreas, o conceito ainda apresenta

divergências (SOUZA, 2009). Essas divergências ocorrem devido à grande amplitude do conceito e pelo enfoque diferente dado por essas áreas que também se interessam pelo termo, além da Geografia, como a Ciência Política, a Economia, Antropologia, a Sociologia e a Psicologia (HAESBAERT, 2004b).

O conceito de território tem evoluído ao longo do tempo. Alguns pesquisadores enfatizam o território a partir da concepção de Estado e fronteira, assim como foi feito na segunda metade do século XIX por Friedrich Ratzel, ao entender o território como um fundamento para a emancipação de cada Estado-nação (MARIANI; ARRUDA, 2010). Com o passar do tempo, o conceito de território evolui no sentido de abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de um determinado local (VALVERDE, 2004).

Com o surgimento de meios mais eficientes de comunicação, quebrando barreiras quanto à materialidade e da intensificação da globalização, foi possível o surgimento de empresas multinacionais que interligaram múltiplos territórios em rede, enfraquecendo o poder político do Estado-nação (MARIANI; ARRUDA, 2010). Neste contexto, o conceito de território atinge uma conotação mais abrangente, não apenas visto como material e palpável, no qual representava a conjunção do solo e de seu povo. Volta-se então a uma conotação imaterial e intangível, numa perspectiva globalizada, entendendo que as relações de poder podem ser criadas e desfeitas ciclicamente, possuem duração efêmera e sem deixar marcas na paisagem, descaracterizando a materialidade dos territórios (SOUZA, 2009).

Dentro dessa conotação imaterial e intangível, de acordo com Haesbaert (2007), o território tem relação com o poder, no seu sentido simbólico, envolvendo também o controle de uma área. Para o autor, o controle, que pode ser mais funcional ou mais simbólico, adquire níveis de intensidade diversos, dependendo ainda dos sujeitos que o promovem, se grandes empresas, o Estado, grupos étnico-culturais, entre outros.

Conforme Haesbaert (2004b), ao considerar o território como local de manifestações de poder, apresenta-se três abordagens distintas: jurídico-política, cultural e econômica. Com relação à abordagem jurídico-política, o território é caracterizado como um espaço delimitado e controlado no qual se exerce um tipo de poder, principalmente de caráter estatal; na abordagem cultural é priorizada as dimensões simbólicas e subjetivas, no qual o território é idealizado a partir da apropriação feita do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; e na abordagem econômica, o território é visto como produto espacial do embate entre classes sociais (HAESBAERT, 2004b).

A partir dessas discussões, nota-se que as relações de poder são o que diferencia a concepção de território. Desse modo, o território se configura como categoria de análise por ações políticas e socioeconômicas, surgindo como produto no desenvolvimento de um determinado meio social. Portanto, observa-se que existe uma grande expansão e qualificação acerca dos estudos no Brasil, buscando entender e compreender os fenômenos e processos sociais e territoriais, os quais envolvem as redes de circulação e comunicação, a identidade e as relações de poder (PEREIRA; CHAGAS; BÂNKUTI, 2016).

Para Saquet (2015), o entendimento de forma ampla do território, deve partir da análise dos fatores econômicos, políticos, culturais e da natureza, denominada pelo autor análise E-P-C-N. Essa análise propõe envolver a materialidade e a imaterialidade, histórica e multiescalar do território, da desterritorialização e reterritorialização, ao reconhecer discontinuidades, desigualdades, ritmos, temporalidades e territorialidades (SAQUET, 2015).

Em conformidade com Saquet (2015), é importante utilizar a perspectiva histórica para entender como foi realizado o processo de configuração do território. De início, compreende-se que existem diferenças entre os territórios ao considerar os interesses de cada grupo de poder. Dentro desse contexto, a territorialização é vista como a ocupação e o estabelecimento de forças em novos espaços; a desterritorialização é o movimento de abandono do território; e a reterritorialização, por sua vez, é o movimento de inserção em um novo território (MARIANI; ARRUDA, 2010).

Quando se trata da territorialidade, discute-se a qualidade que o território adquire com a sua exploração ou apreensão pelos seres humanos, de forma individual ou coletiva. Dessa forma, ocorrem processos constantes e concomitantes de desterritorialização e reterritorialização, originando novas territorialidades e territórios que contenham características dos territórios e das territorialidades anteriores (SAQUET, 2009).

Diante dessa visão, reitera-se que o conceito de território permite entender diversas formações, como polos industriais ou arranjos produtivos locais, dando ênfase não só ao aspecto econômico, mas também para os elementos políticos, culturais e naturais. Essas aglomerações possuem

características peculiares, que foram discutidas no próximo tópico.

Polo Industrial e Arranjo Produtivo Local

A formação de polos e de regiões polarizadas estão associadas à ideia de urbanização e industrialização. A polarização consiste numa fase de concentração setorial e espacial da indústria (SOUZA, 2005). O fenômeno da concentração geográfica de empresas pode ser estudado a partir de diversas denominações, como clusters, sistemas industriais localizados, distritos industriais, aglomerados, agrupamentos ou APLs (MACHADO, 2003).

Sobrinho e Azzoni (2015), ao estudar as aglomerações industriais relevantes no Brasil, em 2010, concluíram que, apesar das evidências do processo de desconcentração industrial, as grandes aglomerações industriais não perderam sua força, conseguindo atrair indústrias que procuram os benefícios de economias de aglomeração. Entretanto, os autores frisam que alguns polos mais recentes, em sua maioria instalados no Sul e Sudeste, alcançaram volumes mínimos de economias de aglomeração, tornando-os mais atrativos do que grandes e tradicionais aglomerações.

Os APLs também podem ser vistos como uma forma de aglomeração produtiva (SCHMIDT FILHO; PAULA, 2008; MACEDO; CÂNDIDO; LEITE, 2017). O surgimento do APL, segundo Fuini (2014), está relacionado ao conceito ferramental de política de desenvolvimento industrial, com base na compreensão dos modelos de aglomerações produtivas das empresas de pequeno porte e alguns sistemas produtivos territorializados. O APL foi alvo de uma medida do governo para estimular o desenvolvimento econômico do território das regiões, possibilitando o aquecimento de

economias de aglomerações com o suporte das vocações locais (FUINI, 2014).

O interesse pelos APLs industriais, de acordo com Iglioni (2001), vem crescendo de forma significativa desde a década de 1970. Primeiramente houve grande concentração do interesse do dinamismo econômico pelos países centrais da economia mundial, posteriormente, pesquisadores de economias subdesenvolvidas passaram a dar grande importância para estas aglomerações, devido à sua importância para o local (IGLIORI, 2001).

Desde então, as discussões acerca das abordagens sobre o tema têm evoluído, assim como o conceito. No Brasil, a discussão sobre APL teve início por um grupo de pesquisadores reunidos na Rede de Pesquisas de Sistemas Locais de Produção e Inovação do Instituto de Economia da UFRJ (REDESIST), posteriormente foi levado e adotado por órgãos como o SEBRAE e o BNDES. Para este grupo, os APLs são vistos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que juntos buscam por um conjunto específico de atividades econômicas com vínculos entre elas, mesmo que sejam incipientes (LASTRES; CASSIOLATO, 2004).

De acordo com Lastres e Cassiolato (2004) os APLs, geralmente, envolvem empresas, como fornecedores de insumos e equipamentos, prestadores de serviços, comercializadores, entre outros. Além disso, incluem também diversas instituições públicas e privadas, como escolas técnicas, universidades e organizações de pesquisa e desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento (LASTRES; CASSIOLATO, 2004). Segundo os autores, todas essas organizações comumente apresentam fortes vínculos com os atores

nesse território, o que facilita a interação entre eles.

Diante da presença de vínculos cooperativos e interorganizacionais que se estabelecem em torno de aglomerações específicas, os APLs adquirem um caráter de plataforma de governança, que servirá para construções de identidades comuns e convenções localizadas (FUINI, 2014). Segundo o autor, essas aglomerações possuem a proximidade geográfica do território como premissa, envolvendo redes de fornecedores, instituições de apoio e empresas terceirizadas.

Iglioni (2001) define os APLs com características de concentrações espaciais de negócios, mesmo que não haja interação ou que eles não transacionem para dividir coletivamente as oportunidades e ameaças, pois existe a possibilidade da geração de novos conhecimentos, inovações e cooperação. A formação dos APLs pode dar surgimento a um complexo de instituições, costumes e relações de confiabilidade que asseguram o dinamismo econômico, quais sejam: (1) a combinação de concorrência com cooperação; (2) a combinação do conflito com participação; e (3) a combinação do conhecimento local e prático com o conhecimento científico (IGLIORI, 2001).

Diante desse contexto, estas aglomerações podem ser polos difusores do crescimento de distritos industriais, nos quais o aumento da produtividade de uma empresa decorre da proximidade com outras empresas do mesmo segmento. Desta forma, esse arranjo possibilita vantagens junto a fornecedores atraídos para a região, aquecendo o mercado de trabalho especializado e facilitando a troca de informações (IGLIORI, 2001).

Ao considerar as especificidades dessas aglomerações, defende-se que a constituição e a perpetuação de um polo industrial e/ou um APL, depende de outros aspectos além da questão econômica, considerando também a interação entre os atores, apoiados em um contexto sociocultural com características específicas ligadas ao território. Sendo assim, acredita-se que o conceito de território, na perspectiva proposta por Saquet (2009; 2015), pode contribuir com esse estudo, pois envolve os aspectos políticos, culturais e naturais, além dos aspectos econômicos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho classificou-se como uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo descritiva, levando em consideração que buscou narrar com exatidão os fatos e fenômenos (TRIVIÑOS, 2010), visando compreender a formação do polo moveleiro do município de Arapongas e a constituição do APL, sob o enfoque territorial. A escolha por Arapongas se deu por ser o segundo maior polo moveleiro do país, o primeiro do Paraná e também pelo fato do APL ser um dos principais do estado (DONATTI, 2013; SIMA, 2016).

O recorte da investigação foi transversal de perspectiva longitudinal (RICHARDSON, 2008). A coleta de dados ocorreu de duas formas. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa documental, pois os aspectos históricos foram importantes para compreender a formação do polo moveleiro do município de Arapongas e a constituição do APL. Os documentos consultados foram aqueles que tratavam da história do município desde a sua fundação até o surgimento do APL, a saber: documentos institucionais, livros e teses, leis, relatórios.

Em um segundo momento, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas. A primeira entrevista foi realizada em março de 2017 com o servidor público (E1) que trabalha no Museu Municipal da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Eventos (SECLE). Destaca-se que essa entrevista ocorreu durante a realização da 11ª Feira de Móveis do Estado do Paraná (MOVELPAR), importante feira de negócios e efetivação de parcerias do setor de móveis, que ocorre a cada dois anos no município de Arapongas (MOVELPAR, 2017). Na feira, a SECLE faz uma exposição de diversos artigos do museu relacionados a produção de móveis, trazendo aos participantes um conhecimento da cultura local. Diante das indagações, o primeiro entrevistado indicou outra pessoa a ser entrevistada, devido à sua atuação no município e sua ligação com o ramo moveleiro.

O segundo entrevistado (E2), atualmente é o secretário responsável pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (SEMIC) de Arapongas. Ele foi empresário do ramo moveleiro por 35 anos, o que foi importante para esclarecer alguns fatos. A segunda entrevista foi realizada em setembro de 2017 no escritório da SEMIC.

Salienta-se que as entrevistas foram realizadas, pois, a partir da análise documental, restaram algumas dúvidas sobre os aspectos históricos do município, que foram sanadas com as entrevistas. As entrevistas tiveram a duração de aproximadamente uma hora cada. Nas entrevistas, indagou-se sobre os aspectos importantes para o início da fabricação de móveis até a formação do APL.

Para análise dos dados, primários e secundários, foi utilizada a análise qualitativa de conteúdo (MERRIAM, 1998; MAYRING, 2014). As categorias de análise foram

definidas a priori, de acordo com a literatura estudada, a saber: economia, política, cultura e natureza.

ARAPONGAS COMO POLO MOVELEIRO E A FORMAÇÃO DO APL

Para entender a configuração do município de Arapongas como polo moveleiro e a constituição do APL, foram dispostos os aspectos históricos sobre a criação do município e as ações e atores que contribuíram para sua consolidação como território produtor de móveis.

No caso de Arapongas, a ocupação da área em que o município está localizado é resultado da iniciativa da Companhia de Terras do Norte do Paraná, pioneira no desbravamento de toda a região. Arapongas, como as demais cidades, idealizadas, planejadas e fundadas pela referida

companhia, foi construída a partir de um plano diretor (SOUZA, 2000).

Arapongas pertenceu ao município de Londrina até o ano de 1943. Nesse ano, foi criado o município de Rolândia, que incorporou Arapongas como distrito judiciário. A criação de Arapongas se concretizou no ano de 1947 (PMA, 2016). O nome de Arapongas surgiu da ave “araponga”, pois no local existiam muitas delas. Além do nome, foi instituída a Lei Municipal n. 522 de 24 de abril de 1964, decretando que todas as ruas do município devem receber o nome de pássaros, esta lei se encontra vigente até o presente (ARAPONGAS, 1964). Esse fato acabou se tornando uma forte característica do patrimônio histórico-cultural desse território.

A localização geográfica do município é mostrada na Figura 1.



Figura 1: Localização do município de Arapongas - PR

Fonte: Elaborada a partir do Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER/PR) (2011)

Observa-se no mapa que o município está localizado na região Norte do estado do Paraná. Essa localização é privilegiada, pois fica próximo às duas maiores cidades do interior do estado, Londrina (35 Km) e Maringá (63 Km), e da divisa com o estado de São Paulo (aproximadamente 100 Km) (GOOGLE MAPS, 2018).

No início, a economia do município girava em torno da plantação de café. De acordo com Souza (2000, p. 23) “o café entrou no Brasil pelas mãos de um português, que plantou algumas mudas no fundo de seu quintal em Belém do Pará, em 1727. Dali o café percorreu todo o Brasil”. Depois houveram grandes plantações nos diversos estados do país, porém devido as características propícias do solo (terra roxa), o resultado do plantio de café no Paraná foi superior às demais regiões, principalmente no Norte do Paraná.

O avanço dos cafezais, nesta região, oportunizou a abertura de estradas, a implantação de ferrovias e o surgimento de cidades e distritos, trocando o cenário existente. Além disso, na véspera do fim da guerra de 1945, vários imigrantes de diversas partes do Brasil e do mundo vieram em busca de oportunidades nessa região (SOUZA, 2000).

Segundo o entrevistado (E1), alguns imigrantes ingleses chegaram na cidade com a ideia de plantar azeitonas, mas acabaram mudando para a cultura do café, não só devido ao solo, mas também por causa da aceitação do mercado. Nessa época, vieram para o Paraná, muitos produtores que já plantavam café em São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Desde então, o café foi o grande responsável pelo rápido e intenso povoamento de Arapongas, pois sua produtividade gerava emprego e aquecia a economia local.

Contudo, devido às duas grandes geadas, conhecidas como “geada negra”, uma em 1955 e outra em 1975, começa a comprometer a cultura do café. O entrevistado explica que “a geada negra pode acontecer durante o dia, diferente da outra, essa geada é tão potente que queima até a raiz. Um pé de café quando ele é replantado, [...] leva 3 anos para começar a produzir” (E1). Em 1955, conforme o entrevistado, como o mercado estava em alta, ainda compensava plantar novamente e esperar 3 anos para colher. Já em 1975, o preço de mercado não era tão bom, o que desestimulou os produtores, que começaram a migrar para lavoura branca ou pasto. Vale ressaltar nesse ponto, a importância da interseção entre os aspectos naturais e econômicos no contexto histórico para a formação do território, como ressaltam alguns autores (HAESBAERT, 2004a; SAQUET, 2007).

Diante das eventuais incertezas climáticas, houve a necessidade de buscar alternativas para mudar o perfil da economia do município. De acordo com os entrevistados (E1) e (E2), já na década de 1970, o prefeito da época, José Colombino Grassano, reuniu lideranças da cidade, como alguns empresários da indústria e do comércio, para discutirem o futuro do município. A partir dessa reunião, foi idealizado e, posteriormente, implantado o parque industrial às margens da Rodovia BR 369. Foi o primeiro parque industrial do estado, instituído pela Lei Municipal n. 654 de 26 de abril de 1966 (ARAPONGAS, 1966).

A promulgação da referida lei, decretou que os interessados receberiam um terreno caso se comprometessem a iniciar as obras no período de até três meses e a concluíssem no prazo de um ano. Além disso, os empresários foram contemplados com a isenção de impostos municipais por

determinado tempo. A partir desse momento, houve um enorme processo de industrialização no local com a instalação de muitas empresas.

Destaca-se, aqui, a importância dos fatores históricos para a construção de um território, como aponta Saquet (2015). Isto porque a instalação desse parque industrial, que foi influenciado por aspectos políticos, gerou uma tradição que perdura até os dias de hoje, pois o município possui uma grande concentração de indústrias, que gera mais empregos e renda do que os outros setores da economia, como mostrado adiante. Devido à implantação do parque industrial e da necessidade de mão de obra, começou a se desenvolver, em seus arredores, conjuntos residenciais, em sua maioria, formado por funcionários das empresas instaladas no parque (PMA, 2016).

Esse parque industrial foi idealizado, pois, nesse período, segundo o entrevistado (E2), existiam grandes fábricas que envasavam bebidas e fábricas do ramo alimentício. Portanto, pensaram em ampliar a industrialização, mas não especificamente a movelaria. O ramo moveleiro não foi planejado, “não foi nada projetado, não foi pensado que teríamos um polo moveleiro, foi pensado que teríamos um parque industrial” (E1). Para (E2) o ramo moveleiro foi escolhido porque as pessoas não tinham qualificação, eram oriundas da cultura do café e formavam pequenas empresas familiares em um ramo no qual o trabalho era artesanal. Aliado a isso, existiam alguns marceneiros que tinham empresas no “fundo de quintal” e fabricavam móveis sob encomenda. O entrevistado (E2) revela que, quando jovem, trabalhou em uma dessas empresas e, posteriormente, com sua família, fundou uma empresa de móveis.

A primeira fábrica de móveis foi fundada em 1967 pela fusão de duas empresas, a Casa de Móveis Arapongas e a João Martins Cava Filho, formando a Moval (MOVAL, 2017), que começou uma produção em série. Depois disso, outras fábricas de móveis foram se instalando no parque industrial. O entrevistado (E1) cita que fábricas de outros segmentos, como uma de artefatos de cimento, começam a migrar para a madeira e, assim, a movelaria acabou se sobressaindo no município. Acredita-se que oportunidades de mercado, contribuíram para a criação de novas fábricas de móveis e a migração de fábricas de outros setores.

Em 1978, foi fundada a Associação dos Moveleiros de Arapongas, transformando-se em Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas (SIMA) no ano de 1982. Com forte atuação para desenvolvimento do setor, o SIMA foi um dos atores responsáveis pelo desenvolvimento das empresas, promovendo ações como: negociações coletivas de trabalho, assessorias, organizações de viagens e feiras do setor e a promoção de eventos, dos quais se destacam a MOVELPAR e a Feira Internacional da Qualidade em Máquinas, Matérias Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira (FIQ) (SIMA, 2016).

Faz-se mister salientar que, no estado do Paraná, a partir da década de 1990, foi implantada uma série de polos regionais interligados por um anel viário de integração, formando uma rede que uniu os diversos polos (RIPPEL; LIMA, 2009). Esse fato favoreceu a indústria de Arapongas, devido a sua localização privilegiada.

Na década de 1990, as ações do setor no município eram dispersas, contudo, em setembro de 1998, foi realizado um

planejamento estratégico do Polo Moveleiro, por iniciativa conjunta do SEBRAE/PR, SENAI-CETNAM, SIMA e empresários do ramo, objetivando idealizar diretrizes voltadas para o desenvolvimento técnico, econômico, político e social do setor (MDIC, 2006). Essas diretrizes foram importantes para transformar a indústria de móveis em um polo moveleiro nacional (IPARDES, 2006c). As principais diretrizes traçadas para o desenvolvimento foram: (1) promover a competitividade das empresas do APL de Móveis da Região de Arapongas; (2) o desenvolvimento da cadeia de suprimentos; e (3) a promoção da inovação, gerando a sustentabilidade e a lucratividade (MDIC, 2006).

O APL de móveis de Arapongas foi criado pelo SEBRAE/PR, a partir de uma parceria entre a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), o Sistema

Fecomércio, o SIMA e a Associação Comercial e Industrial de Arapongas (ACIA). O objetivo foi criar condições favoráveis para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas do setor moveleiro. A iniciativa foi regulamentada em 2005. Em 2013, 400 empresas faziam parte desse APL. Essas empresas compreendem o eixo territorial de Arapongas, Apucarana, Rolândia e Cambé (DONATTI, 2013). Destaca-se que, nesse eixo territorial, as pessoas possuem características semelhantes em termos culturais e de ocupação do território.

Salienta-se que, no caso do estado do Paraná, no qual esse tipo de arranjo foi amplamente incentivado, pode-se vislumbrar a influência das especificidades locais para a criação dos APLs. A Figura 2 mostra um mapa com os APLs existentes.

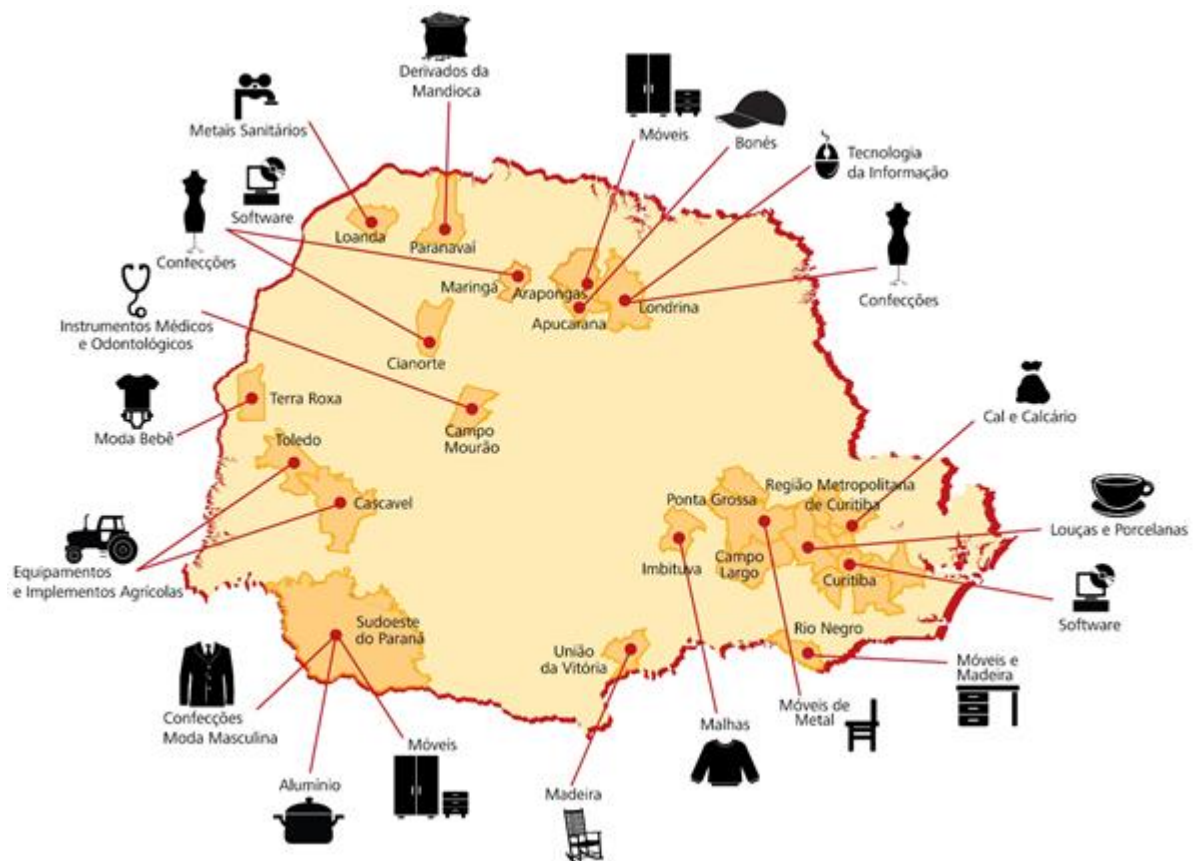


Figura 2: Mapa do Paraná com os APLs presentes no estado

Fonte: Rede APL do Paraná (2016)

Pode-se observar que os APLs existentes são bastante heterogêneos. Dentre eles, destaca-se o caso da confecção de bonés em Apucarana (PEREIRA; VERRI, 2014); do vestuário em Cianorte (IPARDES, 2006a); da mandioca e fécula da região de Paranaíba-Loanda (IPARDES, 2006b); de Tecnologia de Informação (TI) no sudoeste do Paraná (FERREIRA et al., 2015); e da indústria moveleira em Arapongas (IPARDES, 2006c). Cada localidade possui aspectos que contribuem para a formação do seu APL, como a proximidade com a matéria prima ou com a mão de obra.

No caso do município de Arapongas, este foi classificado entre os 15 selecionados como prioritários para as políticas de desenvolvimento do governo federal, por ser considerado um polo estratégico do setor no Estado, recebendo incentivos para a criação do APL (SIMA, 2016).

Em 2010, o volume de exportações do APL de móveis de Arapongas chegou a 88 milhões de dólares. As exportações são feitas para todos os continentes, especialmente, países como Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Panamá, Nigéria, Angola, México, Estados Unidos, França e Rússia (DONATTI, 2013).

Além do APL, outros projetos e programas foram desenvolvidos para auxiliar no desenvolvimento do polo moveleiro de Arapongas, como a adoção do Programa de Auto Sustentabilidade de Matéria Prima (SIMFLOR), que tem por objetivo a preservação do meio ambiente e sustentabilidade florestal, no que diz respeito a produção de madeiras de reflorestamento utilizados pelas indústrias de Arapongas (SIMA, 2016).

No mês de dezembro do ano de 2000, por iniciativa conjunta de empresários do setor moveleiro, foi criado o Centro de Tecnologia em Ação e Desenvolvimento Sustentável (CETEC) como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A organização tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, destinando os resíduos oriundos da produção da indústria moveleira, para a recepção, reutilização e reciclagem dos mesmos (SIMA, 2016).

Outro fator importante é que, devido à importância do município para a indústria moveleira nacional, foi instalado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Centro de Tecnologia da Madeira e Mobiliário (SENAI-CETMAM), que oferece educação profissional e serviços técnicos e tecnológicos (VARGAS, 2009). Com esse serviço, funcionários das empresas industriais se capacitam com cursos ofertados e treinamentos destinados à fabricação de móveis, design, gestão de processos industriais e saúde e segurança do trabalho. Além disso, existe ainda a prestação de consultoria e assessoria para os fabricantes (SIMA, 2016).

Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, o município de Arapongas contava com uma população de 116.960 habitantes. A maior parte dos empregos gerados no município se encontram no setor da indústria de transformação, do qual o setor moveleiro faz parte, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas – 2015

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	608	15.522
Construção Civil	156	468
Comércio	1.396	8.936
Serviços	1.068	10.110
TOTAL	3.384	35.976

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do MTE/RAIS disponíveis no IPARDES (2017)

Observa-se que, no ano de 2015, a indústria empregou 15.522 pessoas, número maior do que o comércio (8.936) e os serviços (10.110). Esse dado é bastante significativo, principalmente se comparado com outras localidades do porte do município, pois geralmente o número de empregos na indústria fica abaixo do comércio e serviços. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, em 2010, a população ocupada na indústria de transformação em Arapongas representava 31% do total. Nesse mesmo período, a média no estado do Paraná para o setor era de 14% (IBGE, 2010).

Diante das discussões apresentadas e considerando o histórico do município, constata-se que não houve um planejamento deliberado para que Arapongas se consolidasse como um território produtor de móveis. Todavia, a visão dos atores envolvidos nesse processo, que ponderou a necessidade de industrialização da região, foi importante para que o polo moveleiro se constituísse no futuro.

Ao utilizar a análise E-P-C-N, proposta por Saquet (2009; 2015), percebe-se que, na década de 1970, os aspectos naturais e econômicos influenciaram na decisão das lideranças, que viram a necessidade de mudar o perfil da economia do município, já que o café apresentava problemas. Os aspectos políticos, por sua vez, também tiveram influência, pois o prefeito e demais lideranças foram importantes para que a lei

municipal, que possibilitou a implantação do parque industrial, fosse promulgada.

Neste contexto, houve um processo de desterritorialização da cultura do café e, posteriormente, a reterritorialização de uma cultura industrial. Historicamente, a implantação do parque industrial, foi o ponto de partida para que no futuro houvesse a concentração de indústrias moveleiras e a constituição do APL. Vale ressaltar ainda que, a implantação de várias empresas, pode ter ocorrido por ser o primeiro parque industrial do estado. Aliado a isso, a localização privilegiada também pode ter atraído empresas, pois o parque está às margens da Rodovia BR 369 e próximo as duas maiores cidades do interior do estado, como já citado.

Entretanto, como percebido, a transformação do município em um polo moveleiro não foi pensada deliberadamente. Acredita-se que o mercado de móveis possa ter sinalizado oportunidades, e isso, acabou fazendo com que empresários migrassem para essa atividade. Quando um segmento começa a apresentar resultados positivos, isso induz outros empresários a investir no mesmo segmento.

Outra questão que merece destaque é a relação do polo moveleiro com a matéria prima, a madeira. Na época da instalação do parque, a madeira, que desde a colonização da região norte do Paraná era matéria prima abundante e barata (BARISON, 1991;

CABRAL; CESCO, 2008), ainda era bastante acessível. Depois disso, com a construção das rodovias e a implantação do anel viário de integração, o transporte da matéria prima continua acessível. Atualmente, segundo o entrevistado (E1), a maior parte da matéria prima vem de reflorestamento na região.

Com relação aos aspectos culturais, discute-se que a articulação dos atores para a implantação do parque industrial, e a formação do APL, depende de visões e objetivos comuns. O APL envolve empresas

de municípios vizinhos que tem uma colonização semelhante, apresentando conotações histórico-culturais, que foram destacadas por Fuini (2013) como importantes para a formação de arranjos.

No quadro 1 apresenta-se um resumo dos principais aspectos, ações e atores relevantes para a constituição do polo moveleiro e da formação do APL.

Período	Aspecto	Ações	Atores
A partir de 1947	Natural	Avanço do café oportunizou a abertura de estradas e ferrovias no Norte do Paraná	
A partir de 1947	Cultural	Chegada de imigrantes para plantio do café	Imigrantes
1955 e 1975	Natural; Econômico; Cultural	Geada negra - desterritorialização da cultura do café - reterritorialização da cultura industrial	
1966	Econômico; Político	Criação do parque industrial	Prefeito e empresários da época
1967	Econômico	Primeira fábrica de móveis; início do processo de industrialização	Empresários da época
1978	Econômico	Fundação da Associação dos Moveleiros de Araongas, posteriormente transformada em sindicato (SIMA)	
A partir de década de 1990	Político	Polos regionais interligados por um anel viário	Governo do Estado
1998	Econômico; Político	Planejamento estratégico com diretrizes para transformar a indústria de móveis em um polo moveleiro nacional	SEBRAE/PR, SENAI-CETNAM, SIMA; e empresários do ramo
A partir dos anos 2000	Econômico; Político	Diversos Programas e projetos para desenvolvimento do polo moveleiro	SIMA, CETEC e SENAI-CETMAM
2005	Econômico; Político; Cultural	Implantação do APL	SEBRAE/PR, FIEP, Sistema FECOMÉRCIO, SIMA, ACIA e Governo Federal

Quadro 1: Resumo dos principais aspectos, ações e atores relevantes para a constituição do polo moveleiro e do APL

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa

Embora o período dos fatos ocorridos tenha sido apontado para fins de

organização, é fundamental destacar que os aspectos apresentados não devem ser analisados de forma individual e não

possuem ordem cronológica ou sequencial. A prática da produção do território e da articulação no município de Arapongas como um polo moveleiro, bem como a constituição do APL, foram consequências emergentes da reterritorialização ocorrida após a implantação do parque industrial.

CONCLUSÕES

Resgatando o objetivo inicial do trabalho de compreender a formação do polo moveleiro do município de Arapongas e a constituição do APL, sob o enfoque territorial, observou-se que vários aspectos convergiram para essa formação, mas não de forma tão deliberada quanto se havia pensado preliminarmente. Isto porque foi incentivada a formação de um parque industrial com empresas de diversos segmentos e, no decorrer dos anos, avultou-se aquelas do ramo moveleiro. Esse fato se deve a conjunção de alguns fatores, como: a pouca qualificação das pessoas, oriundas da cultura do café, que optaram por um ramo que, na época, era artesanal; a existência de marceneiros que fabricavam móveis sob encomenda no “fundo de quintal”; ao acesso à matéria prima, a madeira, que foi abundante na região durante um período; e as oportunidades de mercado, que a partir de resultados positivos, parece ter incentivado os empresários a investir nesse segmento.

Com relação aos atores que participaram desse processo, verificou-se ao longo dos anos a confluência de diversas entidades, dentre elas: a prefeitura do município; empresários de diversos setores; o SIMA, que teve um papel importante como incentivador do polo moveleiro; e entidades de apoio, como o SEBRAE/PR e o SENAI-CETNAM. No caso do APL, as entidades

envolvidas foram: o SEBRAE/PR, a FIEP, o Sistema Fecomércio, o SIMA e a ACIA. Além dessas entidades, destaca-se o papel dos atores que participaram do processo de criação do APL, a saber: empresários de micro e pequenas empresas do setor, que se uniram para competir no mercado.

Ressalta-se, ainda, o papel do governo municipal em buscar estratégias para o desenvolvimento local, considerando que essas estratégias influenciaram a formação do território e, continuam a influenciá-lo ao longo do tempo. Este ator foi importante tanto para formação do polo moveleiro, quanto para a constituição do APL. No caso do APL, também foi marcante o apoio do governo federal e estadual.

Sendo assim, discute-se que os aspectos mais relevantes para a formação do polo moveleiro de Arapongas, foram: os políticos, no papel da prefeitura do município; os econômicos, com a desterritorialização do café por conta do mercado; e os naturais, pela facilidade de obtenção da matéria prima. Com relação à constituição do APL, verificou-se que ele foi uma consequência da formação do polo moveleiro, sendo criado para melhorar a competitividade de micro e pequenas empresas do setor. Nesse caso, ressalta-se a importância dos aspectos políticos e culturais. Os políticos, mediante o apoio dos governos municipal, estadual e federal. E os culturais, pois para que essa iniciativa efetivamente funcionasse, seria necessária a propensão ao trabalho coletivo. A cultura do associativismo e cooperativismo é bastante forte no estado do Paraná, o que pode ter colaborado para que o APL prosperasse.

Com relação à questão teórica, admite-se que a abordagem territorial pode ser utilizada de forma satisfatória para entender a formação de clusters,

aglomerados, APLs e polos industriais, sobretudo a análise E-P-C-N proposta por Saquet (2009), visto que parte de uma perspectiva histórica. Contudo, os aspectos econômicos, políticos, culturais e da natureza, possuem pesos diferentes, dependendo do tipo de território que se pretende analisar. De qualquer forma, como contribuição prática, argumenta-se que todos esses aspectos devem ser considerados para que novos arranjos sejam formados e/ou incentivados.

Por fim, sugere-se para futuras pesquisas, o estudo dos demais APLs do Paraná, para tentar entender quais aspectos foram mais importantes para cada um deles, principalmente os APLs que tem forte ligação com o solo, como o APL de derivados de mandioca em Paranaíba e o APL de cal e calcário na região de Curitiba. Com relação ao ramo moveleiro, sugere-se ainda pesquisas que busquem investigar, a partir da percepção dos empresários, o motivo pelo qual empresas de outros ramos migraram para a movelaria em Arapongas.

REFERÊNCIAS

- ABDI. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. (2008). **Relatório de Acompanhamento Setorial: indústria moveleira**. Brasília, DF, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/paginas/default.aspx?q=system/files/Madeira+e+M%C3%B3veis+->>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- ARAPONGAS. Lei Municipal n. 522, de 24 de abril de 1964. **Dispõe sobre a denominação de ruas na cidade de Arapongas**. Arapongas, PR, 1964.
- ARAPONGAS. Lei Municipal n. 654, de 26 de abril de 1966. **Dispõe sobre a criação do parque industrial. Arapongas**, PR, 1966.
- AREND, S. C.; ORLOWSKI, R. F. O desenvolvimento Regional da AMOSC a partir das Teorias da Base Exportadora e dos Polos de Crescimento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 141-163, 2012.
- BARISON, M. B. Primeiras praças e capelas do Norte do Estado do Paraná “algumas considerações”. *Semina*, v. 12, n. 3, p. 155-166, 1991.
- CABRAL, D. C.; CESCO, S. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do Sul-Sudeste. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-48, jan./jun. 2008.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Org.) **Parcerias Estratégicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- DOMINGUES, E. P.; RUIZ, R. M. Aglomerações econômicas no Sul-Sudeste e no Nordeste brasileiro: estruturas, escalas e diferenciais. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 701-746, 2008.
- DONATTI, L. **Agências Sebrae PR**. APL de Móveis de Arapongas participa de mais uma edição da Movelpar, 2013. Disponível em: <<http://www.pr.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/PR/apl-de-moveis-de-arapongas-participa-de-mais-uma-edicao-da-movelpar,f567e89343c06410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

- FERREIRA, R. H. M.; MELLO, N. A.; PERONDI, M. A.; SANTOS, G. D. Arranjo Produtivo Local – APL de Tecnologia de Informação – TI no Sudoeste do Paraná: mudanças paradigmáticas da inovação à dimensão social. **Redes Santa Cruz Sul**, online, v. 20, n. 3, p. 241-254, set/dez 2015.
- FILARDI, F.; FREITAS, A. S.; DUTRA, R. T. Análise do Processo de Inserção das Micro e Pequenas Empresas no Arranjo Produtivo Local (APL) de Petróleo, Gás e Energia de Duque de Caxias (RJ). **REGE**, São Paulo-SP, v. 20, n. 4, p. 441-460, out./dez. 2013.
- FUINI, L. L. Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**. v. 9, n. 2, p. 57-83, 2013.
- FUINI, L. L. A governança em Arranjos Produtivos Locais (APLs): algumas considerações teóricas e metodológicas. **Geografia**, v. 23, n. 1, p. 57-83, 2014.
- GARCIA, R. Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. **Ensaio FEE**, v. 27, n. 2, p. 301-324, 2006.
- GOOGLE MAPS. Distância entre cidades: Arapongas-Londrina; Arapongas-Maringá; Arapongas-Divisão São Paulo. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.. SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004a.
- HAESBAERT R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n.17, p. 19-46, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 06 mar. 2017.
- IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Clusters ou Sistemas Locais de Produção e Inovação: identificação, caracterização e medidas de apoio**. 2002. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20030516_clusters.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- IGLIORI, D. C. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento**. São Paulo, Iglu Editora, 2001.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjo Produtivo Local do vestuário de Cianorte**. 2006a. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl_cianorte_nota_tecnica.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2016.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjo Produtivo Local de mandioca da região de Paranavaí-Loanda**. 2006b. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl_mandioca_paranavai_nota_tec.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2016.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjo Produtivo Local De móveis de Arapongas**. 2006c. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl_moveis_arapongas_nota_tec.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2016.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86700&btOk=ok>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

- LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E. Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. In: **Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em 29 dez. 2016.
- MACEDO, L. O. B.; CÂNDIDO, G. A.; LEITE, F. N. S. Desenvolvimento Sustentável e Aglomerações Industriais: uma análise dos arranjos produtivos locais de confecções e têxteis dos municípios de Rondonópolis e Primavera do Leste do Estado de Mato Grosso. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 6, n. 2, p. 517-533, jul./set. 2017.
- MACHADO, S. A. **Dinâmica dos arranjos produtivos locais**: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira. 2003. 145 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Politécnica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- MAYRING, P. **Qualitative Content Analysis**: theoretical foundation, basic procedures and software solution. Áustria, 2014. Disponível em: <<http://www.beltz.de/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.
- MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. O. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS – UFMS. In: Congresso da SOBER, 48, 2010. Corumbá. **Anais...** Corumbá: SOBER, 2010.
- MATTE JÚNIOR, A. A.; ALVES, D. A Teoria dos Polos de Crescimento de Perroux: uma revisão sistemática. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 9, n. 3, p. 103-115, 2017.
- MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Móveis da Região de Arapongas - Paraná**. Arapongas: 2006. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1198261879.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2016.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MOVAL. **Histórico**. 2017. Disponível em: <<http://www.moval.com.br/historico/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- MOVELPAR. Feira de Móveis do Estado do Paraná. 2017. Disponível em: <<http://www.movelpar.com.br/site/index.php>>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- PEREIRA, J. A. VERRI, R. A. Dificuldade na criação de empresas em diferentes momentos: um estudo de casos múltiplos, a partir da ótica dos empreendedores. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 8, n. 2, p. 2-17, 2014.
- PEREIRA, J. A.; CHAGAS, P. B.; BÂNKUTI, S. M. S. Perspectivas do Território no Sistema Agroalimentar Local: o caso da uva no município de Marialva-PR. In: Encontro da ANPAD, 40, 2016. Costa do Sauípe, BA. **Anais...** Costa do Sauípe: ENANPAD, 2016.
- PMA. Prefeitura do Município de Arapongas. **História do Município**. 2016. Disponível em: <<http://www.arapongas.pr.gov.br/historia>>. Acesso em: 30 dez. 2016.
- REDE APL do Paraná. **Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral**. 2016. Disponível em: <http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/Mapa_APLs_PR.png>. Acesso em: 30 dez. 2016.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- RIPPEL, R.; LIMA, J. F. Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 136-149, 2009.
- RODRIGUES, C. V.; PEREIRA, A. S.; FUCULO JUNIOR, P. R. B.; OLIVEIRA, I. P.; SANTOS, B. F. Aplicação da Matriz SWOT no Arranjo Produtivo Local-Complexo Industrial da Saúde Localizado na Cidade de Pelotas/Rs. **Revista Empreender e Inovar**, v. 1, n. 1, p. 59-70, 2018.

- SIMA. Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas. **Dados do setor**. 2016. Disponível em: <<http://www.sima.org.br/dadosdosetor.html>>. Acesso em: 30 dez. 2016.
- SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, v. 8, n. 15, 2006.
- _____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S.(Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- SARTI, F.; HIRATUKA, C. **Desenvolvimento Industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros**. IE/UNICAMP, Campinas, n.187, jan. 2011.
- SCHMIDT FILHO, R.; PAULA, N. M. Incentivos à Formação de APLs no Brasil: A atual distribuição espacial das iniciativas e evidências de uma falsa política industrial. **Informe Gepec**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2008.
- SILVA, P. R.; ARRUDA, A. J. V.; SILVA, P. R. A Valorização da Identidade Territorial e Inovação Sustentável: estratégias de competitividade, aplicados em polos moveleiros pernambucanos emergentes. **MIX Sustentável**, v. 3, n. 1, p. 93-99, 2017.
- SOBRINHO, E. M. G.; AZZONI, C. R. Aglomerações Industriais Relevantes do Brasil em 2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)**, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2015.
- SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SOUZA, N. V. **Exortação a Arapongas**: Fundação. 2. ed. Arapongas-PR: Aleluia, 2000.
- SOUZA, N. J. Teoria dos Pólos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. Atlas: São Paulo, 2010.
- VARGAS, M. **Análise da aglomeração industrial moveleira de Arapongas**. 2009, 131 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- VALVERDE, R. R. H. F. Transformação no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 119-126, 2004.

NOTA

(1) Mestrando em Administração pela Universidade Estadual de Londrina/UUEL. Especialista em Administração Pública Municipal pela Universidade Estadual Centro-Oeste/UNICENTRO. Graduado em Administração pela Universidade Norte do Paraná/UNOPAR. Professor na Universidade Norte do Paraná/UNOPAR, Arapongas-PR e na Faculdade Rhema Educação, Arapongas-PR.

(2) Doutoranda em Administração pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Faculdade Estadual de Ciências Contábeis de Apucarana/FECEA. Graduada em Administração Pública pela Faculdade Estadual de Ciências

Contábeis de Apucarana/FECEA. Professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Câmpus de Naviraí-MS.

Enviado: 16/10/2017

Aceito: 13/08/2018